



UnB | CEAD | IL



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa
Centro de Educação a Distância - e Tecnologias Educacionais - CEAD
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Professor: Dr. André Luiz dos Santos

Vozes da Diversidade: Uma Análise Sociolinguística das Variedades Linguísticas
na Comunidade Quilombola Kalunga

Ramon Freire dos Santos

Cavalcante – GO
Janeiro 2025

RESUMO

O artigo explora as variações linguísticas nas comunidades quilombolas, com foco no Sítio Histórico Kalunga, em Cavalcante, Goiás, ressaltando a relevância cultural e histórica dessas práticas linguísticas. Através da Sociolinguística, o estudo destaca que a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também um elemento de resistência e identidade cultural. Essa perspectiva desafia o preconceito linguístico, que desvaloriza variantes fora da norma-padrão, marginalizando comunidades e indivíduos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica para fundamentar a análise das particularidades linguísticas dos Kalunga. Estas variações são fruto de processos históricos de resistência, isolamento geográfico e interação entre línguas africanas e o português. Contudo, o sistema educacional frequentemente ignora essas variantes, reforçando estigmas e exclusão social. O artigo conclui que integrar as práticas linguísticas regionais ao ensino pode reduzir o preconceito linguístico, respeitar a diversidade cultural e garantir uma educação mais inclusiva e equitativa.

ABSTRACT

The article explores linguistic variations in quilombola communities, focusing on the Kalunga Historical Site in Cavalcante, Goiás, highlighting the cultural and historical significance of these linguistic practices. Through Sociolinguistics, the study emphasizes that language is not merely a means of communication but also an element of resistance and cultural identity. This perspective challenges linguistic prejudice, which devalues variants outside the standard norm, marginalizing communities and individuals. The research adopts a qualitative approach, utilizing a bibliographic review to support the analysis of the linguistic particularities of the Kalunga. These variations result from historical processes of resistance, geographical isolation, and the interaction between African languages and Portuguese. However, the educational system often overlooks these variants, reinforcing stigmas and social exclusion. The article concludes that integrating regional linguistic practices into education can reduce linguistic prejudice, respect cultural diversity, and ensure a more inclusive and equitable education.

Palavras chaves: variação linguística, comunidade quilombola, preconceito linguístico.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A comunicação reflete mais do que a transmissão de informações; ela carrega traços culturais, históricos e sociais que nos identificam como parte de uma comunidade. Surge então a questão: existe uma única forma correta de falar? Muitas vezes julgamos o modo como "o outro" fala como errado, considerando seus sotaques, entonações e expressões diferentes ou estranhas. Contudo, essa percepção é desafiada pela Sociolinguística, que oferece uma visão ampla e inclusiva sobre variações linguísticas. Segundo Matoso Câmara JR.:

“[...] a língua não tem finalidade em si mesma, sendo sua função expressar a cultura para permitir a comunicação social, com o que ela se torna o acompanhamento de cada fato cultural, dando-lhe um aditamento linguístico e, pois, propiciando a atuação uns com os outros dos membros participantes de uma atividade coletiva.” (Matoso Câmara JR., 1969, p. 35)

A língua é um instrumento vital para a expressão e perpetuação da cultura, essencial à comunicação e interação social. Para a Sociolinguística, “a língua é dotada de ‘heterogeneidade sistemática’, fato que permite a identificação e demarcação de diferenças sociais na comunidade, constituindo-se como parte da competência linguística dos indivíduos, o domínio de estruturas heterogêneas” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 101).

Segundo a Sociolinguística, 'a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis' (BRASIL, 1998, p. 29). Partindo dessa premissa, este estudo analisa as variações linguísticas quilombolas do Sítio Histórico Quilombo Kalunga¹, destacando a riqueza cultural dessas comunidades e evidenciando como suas expressões linguísticas refletem sua identidade histórica e cultural. Ademais, o estudo analisa como as práticas linguísticas resistem às influências da gramática normativa e contribuem para a manutenção das tradições locais. O artigo também destaca a relevância dessas variações no contexto sociolinguístico, promovendo o reconhecimento das comunidades quilombolas como parte integrante da diversidade linguística nacional.

Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa que explora e busca compreender os

¹O Território Quilombola Kalunga (TQK) engloba os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, nordeste do estado de Goiás (GO). São 262 mil hectares, dos quais apenas 34 mil estão titulados definitivamente. Em 1991, o TQK foi reconhecido pelo Estado de Goiás como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural e, em 1992, pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/Minc). Ali, há mais de 300 anos, vivem quilombolas que formaram suas comunidades após fugirem do trabalho escravo na mineração. Hoje, no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), vivem cerca de 1.500 famílias, ou 7.500 quilombolas, em 39 comunidades. (MAPA, 2023)

fenômenos de maneira profunda e contextualizada, valorizando as experiências subjetivas dos participantes e investigando o significado dos fenômenos dentro de seu ambiente natural e social. Como estratégia de pesquisa, a abordagem qualitativa se concentra em compreender fenômenos complexos, experiências, comportamentos e contextos sociais, culturais ou psicológicos por meio da análise de dados não numéricos tais como: textos, entrevistas, observações e interações. Nesse sentido, conforme destacado por Pope e Mays:

“a pesquisa qualitativa [...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa” (POPE; MAYS, 2005, p.13)

Pretende-se apresentar as variações linguísticas quilombolas do Sítio Histórico Quilombo Kalunga, destacando sua riqueza cultural e linguística e evidenciando como refletem a identidade cultural e histórica do grupo.

LINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA: ESTUDOS SOBRE DIVERSIDADE, VARIAÇÃO E INCLUSÃO

Para compreender o objetivo deste artigo, é fundamental revisitar a origem do campo de estudo em questão. Fiorin (2003) ressalta que a linguística, enquanto ciência, vai além do aprendizado de línguas ou da normatividade gramatical, tendo como objetivo principal entender o funcionamento da linguagem por meio da observação empírica dos sistemas linguísticos, da análise de seus padrões e interações, assim como de sua evolução ao longo do tempo e do espaço.

Assim sendo dentre os diversos ramos dessa ciência, pode se destacar a sociolinguística², que investiga as relações entre os fenômenos linguísticos e sociais, como classe, idade, gênero e contexto cultural (MOLLICA; BRAGA, 2010). Essa área analisa como tais fatores influenciam a variação linguística, revelando que a língua não é homogênea, mas varia

² O termo sociolinguística passou a ser empregado em 1964, quando o linguista William Labov, professor na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, desenvolveu um modelo para descrever e interpretar os fenômenos linguísticos no contexto social de comunidades urbanas, conhecido como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação (LABOV, 2008).

conforme o falante, o ambiente e a situação comunicativa. A sociolinguística também aborda questões como dialetos, preservação e mudança linguística, além de temas como gênero e linguagem, ou o impacto das variações no aprendizado escolar. Seu objetivo é valorizar a diversidade linguística e compreender a língua como uma prática social viva e dinâmica. Nesse sentido, Labov (2008) ressalta que a variação linguística não é uma particularidade isolada, mas uma característica essencial de todas as línguas. Ela se manifesta em diferentes níveis da linguagem, como fonologia, sintaxe e vocabulário, e está intrinsecamente ligada às situações sociais em que a língua é usada, refletindo a diversidade das experiências e contextos dos falantes.

Essa área analisa como esses fatores influenciam a variação linguística, revelando que a língua não é homogênea, mas varia conforme o falante, o ambiente e a situação comunicativa. A sociolinguística também aborda questões como dialetos, preservação e mudança linguística, além de temas como gênero e linguagem ou o impacto das variações no aprendizado escolar. Seu objetivo é valorizar a diversidade linguística e compreender a língua como uma prática social viva e dinâmica.

Uma das principais metas da Sociolinguística é desmistificar a ideia de "certo" e "errado" na língua, mostrando que todas as formas de falar possuem regras próprias e são igualmente válidas em seus contextos. A língua padrão ou normativa é frequentemente vista como a forma "correta" ou "superior" de falar, enquanto outras formas de linguagem, como dialetos e variantes regionais, tendem a ser desvalorizadas. Essa hierarquização linguística afeta o direito de fala dos indivíduos que utilizam formas não normativas da língua, tornando-os menos visíveis ou ouvidos em contextos oficiais e públicos.

Ao estudar as variações linguísticas, os sociolinguistas fornecem subsídios para compreender o preconceito linguístico, que, como define Bagno (2015), é todo juízo de valor negativo sobre as variedades linguísticas tidas como de menor prestígio social, associando a norma culta ao prestígio e ao poder. Isso leva a uma discriminação das variedades estigmatizadas, como os dialetos regionais ou a fala popular, frequentemente associadas a grupos marginalizados socialmente. Lemos (2007) por sua vez reitera que, "a variação linguística pode expor os falantes a situações de preconceito e exclusão social, refletindo diretamente nas oportunidades educacionais e sociais que lhes são oferecidas". Assim, a discriminação linguística se configura como uma barreira no acesso a oportunidades educacionais e profissionais, limitando o potencial dos indivíduos e perpetuando desigualdades sociais nas comunidades quilombolas.

A discriminação linguística, ao restringir o acesso a oportunidades e reforçar

desigualdades, é especialmente evidente em contextos sociais como o das comunidades quilombolas. Nesse cenário, a língua assume um papel central na preservação da identidade cultural e na coesão social. Na comunidade Kalunga, por exemplo, as variações linguísticas resultam do isolamento geográfico e da fusão de línguas africanas com o português ao longo do tempo, originando formas de expressão que se diferenciam da norma culta.

A língua falada pela comunidade Kalunga, embora diferente das formas padrão ou cultas, não é inferior. Pelo contrário, representa uma expressão singular da identidade e história dessa comunidade, refletindo suas relações sociais e culturais. As variações linguísticas observadas são legítimas e possuem valor próprio, resultando de processos históricos e sociais específicos. Dessa forma, a diversidade na fala não diminui seu valor, mas enriquece o panorama da língua como um todo. Reginaldo (2009) assegura que, “as práticas discursivas das comunidades quilombolas refletem a resistência cultural e a afirmação de suas identidades, sendo a linguagem um dos principais elementos de coesão social e preservação cultural.” A discriminação contra formas de falar que fogem à norma culta ignora a riqueza cultural que essas variações representam e, ao desconsiderá-las nas esferas educacionais ou públicas, marginaliza essas culturas, desrespeitando seus valores sociais e históricos.

O reconhecimento e o respeito pela diversidade linguística são fundamentais para preservar tradições e empoderar as comunidades quilombolas, cuja identidade é construída pelo reconhecimento do indivíduo como parte de uma coletividade marcada por valores, tradições e uma história de resistência, demonstram que esse pertencimento vai além da ancestralidade ou da geografia, sendo um processo ativo de identificação com a cultura e a memória coletiva. Ao se ver como parte de um “todo maior”, o sujeito quilombola afirma sua identidade, fortalece a continuidade de sua cultura e resiste a pressões externas e preconceitos, promovendo a coesão social e garantindo a sobrevivência cultural. Nesse sentido, segundo Furtado, Pedroza e Alves (2014):

“A identificação de pertencimento do indivíduo diante dos valores e conteúdos inerentes à realidade histórico-cultural própria desse contexto incide em sua identidade e possibilita que ele se reconheça enquanto sujeito quilombola, pertencente a um todo maior, à cultura quilombola.”

O reconhecimento da diversidade linguística, portanto, não só combate o preconceito linguístico, mas também fortalece a coesão social e assegura a continuidade de culturas

históricas, como a quilombola³, que se constroem através do pertencimento, da memória coletiva e da resistência. O não reconhecimento das variantes linguísticas da comunidade quilombola no sistema educacional leva à marginalização dessas culturas e à desvalorização das formas de expressão dos alunos. Afetando negativamente o desempenho acadêmico dos estudantes, além de limitar a inclusão e a equidade no ensino. Bernstein (1971) argumenta que o sistema educacional tende a valorizar o código elaborado, que é predominante em contextos sociais mais elevados. A exigência do uso de um tipo específico de linguagem, o código restrito, nas escolas, exclui alunos que não estão acostumados a ele. Essa diferença linguística, muitas vezes associada à classe social, cria barreiras para o aprendizado e perpetua as desigualdades sociais, já que o sistema educacional não se adapta às diversas formas de expressão dos estudantes. Bernstein (1971) destaca que

"as diferentes formas de linguagem e códigos culturais estão intrinsecamente ligados às distintas classes sociais. A exclusão social pode resultar da falta de adaptação do sistema educacional às variáveis culturais e linguísticas, uma vez que o código elaborado, valorizado no sistema educacional, não é universalmente acessível a todos os grupos sociais."

Ademais, ainda segundo o pesquisador "a falta de adaptação do sistema educacional às variáveis culturais e linguísticas pode levar à exclusão e à perpetuação das desigualdades sociais". Portanto, é fundamental que o sistema educacional reconheça e valorize a diversidade linguística, adaptando-se às variações culturais e linguísticas dos alunos, a fim de garantir uma educação inclusiva e equitativa. Isso não só combate à exclusão social e acadêmica, mas também contribui para a preservação das identidades culturais e para a promoção de um ambiente educacional mais justo e acessível a todos, independentemente de sua origem ou forma de expressão linguística.

COMO A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA KALUNGA É TRATADA E PERCEBIDA NO CONTEXTO EDUCACIONAL?

³ Os direitos das comunidades quilombolas estão assegurados, no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 e muitas comunidades ainda estão em vias de reconhecimento, apesar de algumas já terem conseguido a titulação. De acordo com Arruti (2006), essa categoria era conhecida como comunidade negra rural no sudeste e centro do país, já no polo norte e nordeste é denominada terras de preto. Hoje, apesar de já serem conhecidos como quilombolas, ainda são reconhecidamente rurais, independentemente de estarem bem mais próximas aos perímetros urbanos, chegando, em alguns poucos casos a adentrar o meio urbano.

No Brasil, o sistema educacional tende a utilizar materiais didáticos e abordagens pedagógicas centrados na "norma-padrão" do português, ignorando as diversas variações linguísticas regionais. Nas aulas de Língua Portuguesa, a BNCC orienta os educadores a trabalharem também o fenômeno da variação linguística, visando a que o aluno possa refletir sobre a dinamicidade da língua, as variedades de prestígios e as estigmatizadas, com vistas à superação do preconceito linguístico:

Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos (BNCC, 2017, p. 508).

A falta de representação das práticas linguísticas da comunidade Kalunga no currículo escolar resulta em exclusão cultural e desmotivação dos alunos, contribuindo significativamente para o aumento do preconceito linguístico. Essa situação reforça a visão equivocada de que apenas o português padrão é a forma correta de comunicação, desvalorizando as diversas variedades linguísticas existentes e perpetuando desigualdades sociolinguísticas. Conforme Bortoni-Ricardo (2008, p. 45)

"O sistema educacional brasileiro frequentemente privilegia a norma-padrão da língua, desconsiderando as variantes linguísticas regionais e locais, o que pode contribuir para a marginalização das identidades culturais dos alunos. A inclusão de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as variedades linguísticas locais é essencial para evitar a exclusão e promover o respeito pela diversidade sociolinguística."

Souza (2020) por sua vez destaca que os afro-brasileiros, descendentes de um sistema escravagista, enfrentam uma forma persistente de exclusão social, resultado de obstáculos históricos e estruturais que restringem seu acesso a recursos e oportunidades. O que pode ser percebido na comunidade quilombola Kalunga, que enfrenta exclusão social devido à

desvalorização de suas variações linguísticas, que são frequentemente vistas como inadequadas em relação à norma padrão do português.

Uma vez que a necessidade de se adaptar a um sistema em que a sociedade é predominantemente composta por brancos que ocupam os espaços de poder, indivíduos negros frequentemente sentem a pressão de alinhar sua identidade aos padrões brancos para alcançar sucesso social. Essa adaptação pode implicar na negação de suas próprias tradições e na vivência de experiências de discriminação racial. Esse processo gera um conflito interno, pois, ao buscar integração em círculos de prestígio, o indivíduo negro pode acabar se sentindo desconectado de sua identidade cultural e herança. Para superar essa contradição, é fundamental que a sociedade e as instituições promovam a inclusão e valorizem a diversidade racial, possibilitando que indivíduos negros ascendam socialmente sem a necessidade de abdicar de sua autenticidade cultural.

"a ascensão social em uma sociedade de classes predominantemente branca frequentemente exige que o indivíduo negro adote uma identidade que está em desacordo com suas tradições e experiências culturais, criando uma tensão interna entre o sucesso social e a autenticidade pessoal" (SOUZA, 2020, p. 73)

A afirmação de Souza (2020) sobre a tensão entre a ascensão social e a autenticidade pessoal para indivíduos negros em sociedades predominantemente brancas encontra um eco na ausência de estudos sobre as variações linguísticas em comunidades quilombolas como a Kalunga. A exigência de que indivíduos negros adaptem sua identidade para alcançar o sucesso social, muitas vezes, implica em negar suas raízes culturais e linguísticas. A escola, por sua vez, ao não reconhecer e valorizar as variedades linguísticas presentes em sala de aula, como as faladas por estudantes quilombolas, perpetua essa dinâmica de exclusão e desvalorização alimentando assim o preconceito linguístico. Rojo (2009, p. 12) por sua vez evidencia que é função da escola “potencializar o diálogo multicultural, trazendo para dentro de seus muros não somente a cultura valorizada, dominante, canônica, mas também as culturas locais e populares e a cultura de massa, para torná-las vozes de um diálogo, objetos de estudo e de crítica”.

Além disso sem um entendimento proficiente das variações linguísticas, o sistema educacional falha em criar um ambiente inclusivo que respeite e valorize todas as formas de expressão. A não adaptação do sistema educacional às necessidades linguísticas específicas dessas comunidades reforça as barreiras que esses alunos enfrentam para ter acesso a

oportunidades educacionais e sociais. "O reconhecimento e a integração das práticas discursivas específicas das comunidades quilombolas são essenciais para uma verdadeira inclusão educacional" (Reginaldo, 2015, p. 124). Quando:

“Reconhecendo que todas as variações linguísticas são importantes, refletem a cultura social e podem ser utilizadas conforme seu contexto, o ensino de língua portuguesa na escola tende a contribuir com a diminuição do preconceito linguístico.” (CARDOSO, 2021, p.22)

Ao reconhecer a complexidade do sistema linguístico Kalunga, com suas particularidades fonéticas, morfosintáticas e semânticas, e ao integrar essas características ao currículo escolar, poderá promover uma educação inclusiva que valorize a identidade cultural dos alunos e contribua para o desenvolvimento de suas competências linguísticas conforme a necessidade de integralização entre a língua normativa e o dialeto, sem que haja hierarquização entre elas. Para aprofundar nosso entendimento das práticas discursivas e das necessidades específicas dessas comunidades, é fundamental conhecer os termos lexicais utilizados em seu cotidiano. Como exemplifica Silva (2020)

“[...] porque, assim... quando a gente foi eleita, a gente falô _quem quisé, pega o istatútu, vem pegá o istatútu, venha vê o instatútu, taqui o instatútu, né? [...] Intão, Adelaide, eu queru dizer, assim, pra você que tá finalizano esse mandato, sem querê citá nomes, pra essa diretoria é dizê aqui, ohh, gente, ohh. É... Depois de toooda prestação de conta, quero dizê que na hora de fechá, La no caxa, e a responsabilidade da primera tisorera, né? Esse valor. Essa diretoria é num é, uma, uma, uma administradora fundamental.”

A morfologia do trecho apresenta fenômenos típicos da oralidade e da variação linguística, como: Redução de formas verbais: "falô" (falou), "quisé" (quiser), "vem pegá" (vem pegar), "finalizano" (finalizando). Esse processo é conhecido como redução vocálica ou apócope, comum na fala coloquial. Os termos lexicais presentes no trecho refletem a oralidade e pertencem a uma variante informal do português. Alguns pontos importantes incluem: Uso de formas populares: “istatútu” (estatuto), “caxa” (caixa), “queru” (quero), “dizê” (dizer). Uso de expressões enfáticas e de reforço comunicativo: "ohh, gente, ohh", "porque, assim...". Repetição de palavras como estratégia discursiva: "uma, uma, uma administradora", evidenciando hesitação ou busca por ênfase. A sintaxe do trecho apresenta estruturas que refletem a espontaneidade e a fluidez da fala, destacando: Uso de frases inacabadas e marcadores discursivos: "porque, assim...", "é...", indicando um discurso oral improvisado. Repetições e

retomadas: "ohh, gente, ohh", "uma, uma, uma", que marcam hesitação e ênfase na construção do discurso. Ausência de conectores formais: frases são ligadas sem conjunções ou conectores estruturados, comuns na escrita, reforçando o caráter espontâneo.

Por meio desta breve análise do discurso apresentado pelo autor é possível demonstra a eficácia da comunicação, mesmo quando se utilizam variedades linguísticas não padrão. Essa observação corrobora a premissa de que a transmissão de significado transcende as normas gramaticais e estilísticas predefinidas. É nesse sentido que a escola assume um papel crucial na promoção da justiça social e da equidade, ao valorizar a diversidade linguística presente em suas salas de aula.

Desta forma, a valorização da diversidade linguística na escola é fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e livre de qualquer preconceito linguístico. Alunos da comunidade Kalunga, podem se sentir mais engajados com o processo de ensino-aprendizagem quando suas práticas linguísticas são reconhecidas e valorizadas como parte de sua identidade cultural. Essa abordagem pedagógica, fundamentada nos princípios da sociolinguística, contribui para a superação do preconceito linguístico e para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A variação linguística é uma característica intrínseca às interações sociais, evidenciando a riqueza e a diversidade presentes em ambientes como as salas de aula. Contudo, o preconceito linguístico persiste como uma barreira que marginaliza aqueles cuja forma de falar diverge da norma padrão. Comunidades quilombolas, como a Kalunga, enfrentam de forma ainda mais intensa os impactos do preconceito linguístico, agravados pela escassez de estudos detalhados e especializados que reconheçam e valorizem suas formas de expressão. A ausência de materiais didáticos adaptados à realidade linguística e cultural dessas comunidades amplia esse desafio, dificultando um ensino mais inclusivo e equitativo.

Contudo este artigo não busca desvincular o uso da norma padrão da língua portuguesa, mas sim, destacar os aspectos lexicais, semânticos e pragmáticos dessa variedade, busca-se resgatar a identidade cultural e linguística dessa comunidade, que por vezes pode ser desprezada. A intenção aqui é chamar a atenção para o fato de que essas comunidades, historicamente desprestigiadas e desvalorizadas, dentre elas o Sítio Histórico Kalunga necessita de mais visibilidade no mundo acadêmico. Bagno (2021) ressalta que o uso da norma padrão não deve ser visto como superior às variantes regionais. Ele defende que todas as formas de expressão linguística, especialmente as de comunidades marginalizadas, devem ser valorizadas e estudadas.

Diante das evidências ora apresentadas, é notória a lacuna existente em pesquisas que

desenvolvam currículos específicos para atender às demandas das comunidades tradicionais, como a quilombola Kalunga. Apesar da Lei nº 10.639/2003 determinar o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, observa-se um impacto limitado na promoção de estudos voltados à preservação do patrimônio imaterial e cultural dessas comunidades. Portanto, é categórico afirmar que não existem pesquisas que contribuam de forma efetiva para a legitimação dos direitos da comunidade quilombola Kalunga, especialmente no que diz respeito à preservação de seu dialeto, sócio-dialetos e variações lexicais. Essa lacuna deve provocar a atenção do meio acadêmico e dos estudiosos da linguística, sobre a necessidade da realização de pesquisas profundas e minuciosas que venham a fomentar a inclusão gradual desses temas no currículo acadêmico de forma gradual e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a variação linguística na comunidade quilombola Kalunga, destacando como a língua e a cultura interagem em um contexto marcado pela preservação da identidade e pelo enfrentamento do preconceito linguístico. A pesquisa revelou que as práticas linguísticas da comunidade estão profundamente enraizadas em sua história de resistência e preservação cultural, mas também evidenciou os desafios que os Kalunga enfrentam no que diz respeito ao reconhecimento e à valorização de sua variação linguística.

Um dos aspectos mais preocupantes observados foi a falta de visibilidade e representatividade das práticas linguísticas quilombolas em materiais didáticos e na produção acadêmica. Isso demonstra que, apesar da promulgação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, não houve um impacto significativo na promoção de estudos voltados à preservação do patrimônio imaterial e cultural das comunidades quilombolas. Essa lacuna é refletida na ausência de exemplos que contemplem a variação linguística dessas comunidades nos materiais educativos, perpetuando uma negligência histórica em relação a esses grupos.

Torna-se fundamental chamar a atenção da academia para essa carência de estudos linguísticos sobre a comunidade Kalunga. A preservação do patrimônio cultural e linguístico dos Kalunga exige esforços conjuntos, envolvendo políticas públicas, educação e pesquisa científica. A valorização da diversidade linguística deve ser vista não apenas como um instrumento de combate ao preconceito, mas também como uma forma de assegurar o direito à identidade cultural e histórica dessa comunidade.

Conclui-se que há uma necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e

interdisciplinar no estudo das práticas linguísticas quilombolas, que leve em consideração a contribuição dessas comunidades para a riqueza cultural do Brasil. O reconhecimento e a valorização das variações linguísticas não devem ser apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso ético com a promoção da igualdade e da diversidade.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

Bernstein, Basil. *Class, Codes and Control: Theoretical Studies Towards a Sociology of Language*. Vol. 1, Routledge & Kegan Paul, 1971.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 21 de jan. de 2025

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Direitos dos Povos Tradicionais: Quilombolas e Indígenas*. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2010.

MAPA, de conflitos injustiça ambiental e saúde no Brasil. Fiocruz. 2023. Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-comunidade-kalunga-quilombolas-ainda-em-busca-da-titulacao-plena-e-da-reconquista-de-suas-terras/> Acessado em 25 de jan.2025

FIORIN, José Luiz. *Linguística: uma introdução*. São Paulo: Editora Ática, 2003

Freitas, D. (1984). *Palmares. A guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. *Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural*. Sciflo Brasil, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012> Acessado em: 10 de set. de 2024.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 200. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde*. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005.

QUILOMBO. In: DICIONÁRIO, Dicionário do Patrimônio Cultural. Brasília: Iphan, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo> . Acesso em: 19 de dez. de 2024.

REGINALDO, Lucilene. *História e Resistência Quilombola*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 275. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Luiz Henrique Gomes. Comunidade Quilombola São Domingos – MG: um estudo na perspectiva dos letramentos múltiplos e da sociolinguística. 2020. 213 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) —Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUZA, Maria Helena Mendes. As variações Nós e Agente na posição de sujeito na comunidade Quilombola Serra da Viúva/Água Branca – AL. Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura, 2020.

ROJO, R. Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: WINFRED, P. L. (Ed.). Directions for Historical Linguistics. Austin: University of Texas Press, 2006, p. 95–188.